



Demonstrações Contábeis Intermediárias

2º Trimestre de 2024

Gefic – Gerência de Finanças, Controladoria e Contabilidade
Secot – Superintendência Estratégica de Contabilidade
Dicos – Divisão de Contabilidade Societária

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	4
NOTAS EXPLICATIVAS	5
NOTA 1 – A BBTS E SUAS OPERAÇÕES	5
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	6
NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	7
NOTA 4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	11
NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
NOTA 6 – CLIENTES	11
NOTA 7 – ESTOQUES	12
NOTA 8 – IMPOSTOS E TAXAS A RECUPERAR	12
NOTA 9 – CUSTOS E DESPESAS ANTECIPADAS	13
NOTA 10 – OUTROS ATIVOS	13
NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
NOTA 12 – CRÉDITOS E OUTROS VALORES	14
NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS	15
NOTA 14 – CRÉDITOS JUDICIAIS A RECEBER	15
NOTA 15 – IMOBILIZADO	15
NOTA 16 – INTANGÍVEL	16
NOTA 17 – FORNECEDORES	16
NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	16
NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS	17
NOTA 20 – SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A PAGAR	17
NOTA 21 – PROVISÕES DE PESSOAL	18
NOTA 22 – PROVISÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	18
NOTA 23 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	18
NOTA 24 – OUTRAS OBRIGAÇÕES	20
NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
NOTA 27 – CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS	21
NOTA 28 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	22
NOTA 29 – DESPESAS DE PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E PARA PERDAS EM CRÉDITOS	22
NOTA 30 – ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	22
NOTA 31 – PARTES RELACIONADAS	22
NOTA 32 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	23
NOTA 33 – SEGUROS	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	28
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	30

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2024	31.12.2023	PASSIVO	Nota	30.06.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		577.935	476.416	CIRCULANTE		373.019	304.048
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	288.295	261.751	Fornecedores	17	239.301	165.553
Clientes	6	151.789	98.378	Empréstimos	19	15.296	15.364
Estoques	7	41.501	35.784	Impostos e Contribuições	18	39.064	34.202
Impostos e Taxas a Recuperar	8	28.904	55.762	Salários e Benefícios a Pagar	20	2.579	1.925
Custos e Despesas Antecipadas	9	38.093	6.499	Dividendos	25	7	21.750
Outros Ativos	10	29.353	18.242	Provisões de Pessoal	21	51.465	40.101
				Provisões e Passivos Contingentes	23 b.	10.731	10.624
				Provisão para Participação nos Lucros		5.504	5.437
				Provisões de Impostos e Contribuições	22	4.330	4.203
				Outras Obrigações	24	4.742	4.889
NÃO CIRCULANTE		483.087	430.614	NÃO CIRCULANTE		198.191	205.874
Realizável a Longo Prazo				Fornecedores	17	79.185	70.169
Ativo Fiscal Diferido	11 c.	52.078	65.880	Empréstimos	19	89.100	96.550
Créditos e Outros Valores	12	48.860	42.164	Impostos e Contribuições	18	-	5.136
Impostos e Taxas a Recuperar	8	70.793	25.194	Provisões e Passivos Contingentes	23 b.	29.336	33.269
Depósitos Judiciais	13	28.601	28.050	Outras Obrigações	24	570	750
Créditos Judiciais a Receber	14	-	6.274	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		489.812	397.108
Custos e Despesas Antecipadas	9	927	305	Capital Social	25	300.040	218.635
Total do Realizável a Longo Prazo		201.259	167.867	Reserva Legal	25	11.704	11.704
				Reserva p/ Expansão	25	85.379	166.784
Imobilizado	15	269.878	250.357	Ações em Tesouraria	25	(15)	(15)
Intangível	16	11.950	12.390	Lucros Acumulados		92.704	-
TOTAL DO ATIVO		1.061.022	907.030	TOTAL DO PASSIVO		1.061.022	907.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023	2º Trimestre/24	2º Trimestre/23
Receita Operacional Líquida	26	851.539	718.917	437.326	379.053
Custos dos Produtos e Serviços	27	(594.564)	(517.321)	(300.663)	(270.896)
Lucro Bruto		256.975	201.596	136.663	108.157
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(118.905)	(94.213)	(66.183)	(57.180)
Despesas Gerais e Administrativas	28	(127.435)	(97.700)	(65.429)	(52.620)
Contingências	29	1.582	4.482	(585)	(3.702)
Provisões para Perdas em Créditos	29	(366)	(619)	(131)	(713)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		7.314	(376)	(38)	(145)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		138.070	107.383	70.480	50.977
Resultado Financeiro	30	1.806	(1.950)	1.513	(2.628)
Receitas Financeiras		15.188	18.841	8.246	9.041
Despesas Financeiras		(13.382)	(20.791)	(6.733)	(11.669)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		139.876	105.433	71.993	48.349
Imposto de Renda e Contribuição Social		(47.172)	(35.393)	(24.451)	(16.219)
Provisão para IR e CSLL Correntes	11 a.	(33.370)	(26.909)	(12.879)	(15.868)
Ativo Fiscal Diferido de IRPJ e CSLL	11 a.	(13.802)	(8.484)	(11.572)	(351)
Lucro Líquido do Período		92.704	70.040	47.542	32.130
Número Total de Ações		497.173.172	497.173.172	497.173.172	497.173.172
Ordinárias		248.586.586	248.586.586	248.586.586	248.586.586
Preferenciais		248.586.586	248.586.586	248.586.586	248.586.586
Lucro por Ação (R\$)					
Ordinárias		0,178	0,134	0,091	0,062
Preferenciais ^[1]		0,195	0,148	0,100	0,068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

^[1] As ações preferenciais terão dividendos 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023	2º Trimestre/24	2º Trimestre/23
Lucro Líquido do Período	92.704	70.040	47.542	32.130
Resultado Abrangente do Período	92.704	70.040	47.542	32.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Expansão			
Saldos em 31.12.2022	218.635	7.126	101.545	(15)	-	327.291
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	70.040	70.040
Saldos em 30.06.2023	218.635	7.126	101.545	(15)	70.040	397.331
Mutações do Período	-	-	-	-	70.040	70.040
Saldos em 31.12.2023	218.635	11.704	166.784	(15)	-	397.108
Capitalização da Reserva	81.405	-	(81.405)	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	92.704	92.704
Saldos em 30.06.2024	300.040	11.704	85.379	(15)	92.704	489.812
Mutações do Período	81.405	-	(81.405)	-	92.704	92.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	01.01 a 30.06.2024	%	01.01 a 30.06.2023	%
Receitas		968.853		812.160	
Operacionais Brutas	26	969.219		812.779	
Provisões para Perdas em Créditos	29	(366)		(619)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(477.507)		(393.902)	
Serviços de Terceiros		(260.370)		(246.931)	
Custos de Vendas e Serviços		(150.739)		(106.183)	
Serviços e Concessões Públicas		(10.152)		(9.376)	
Serviços Especializados de TI		(10.324)		(9.205)	
Serviços Especializados em Gestão de Negócios		(21.882)		(6.579)	
Licenças de Software		(5.162)		(3.579)	
Outros		(18.878)		(12.049)	
Valor Adicionado Bruto		491.346		418.258	
Retenções		(23.421)		(22.484)	
Depreciação e Amortização	15/16	(33.634)		(28.638)	
Créditos de Insumos		1.273		1.384	
Contingências	29	1.582		4.482	
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		7.358		288	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		15.188		18.841	
Receitas Financeiras e Variações de Créditos		15.188		18.841	
Valor Adicionado Total a Distribuir		483.113	100	414.615	100
Distribuição do Valor Adicionado		483.113	100	414.615	100
Pessoal e Encargos		204.407	42	189.160	46
Proventos e Honorários		85.537		84.118	
Benefícios e Encargos Sociais		109.914		96.784	
FGTS		8.956		8.258	
Impostos, Taxas e Contribuições		171.392	36	134.623	32
Federais		132.710		102.579	
Estaduais		2.021		1.370	
Municipais		36.661		30.674	
Remuneração de Capitais de Terceiros		14.610	3	20.792	5
Juros		13.382		20.792	
Aluguéis		1.228		-	
Remuneração de Capitais Próprios		92.704	19	70.040	17
Lucros Retidos		92.704		70.040	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		92.704	70.040
Ajustes por:			
Juros dos Empréstimos	19	6.518	8.946
Depreciação e Amortização	15/16	33.634	28.638
Ativos Fiscais Diferidos	11 a.	13.802	8.484
Reforço (Reversão) de Provisão para Passivos Contingentes	29	(1.582)	(4.482)
Provisão de Pessoal	21	11.364	21.540
Provisão de Impostos		127	156
Provisão para Participação nos Lucros	28	5.520	4.226
Prov. p/ Riscos de Créditos		-	432
Provisão de Contas a Pagar	17	(7.006)	(10.833)
Provisão para Perdas com Obsolescência de Estoque	7	-	21.295
Atualização de Impostos e Taxas a Recuperar		(1.551)	(2.759)
Atualização de Depósitos Judiciais		(924)	(1.391)
Baixas de Ativo Imobilizado		48	632
Lucro Ajustado		152.654	144.924
Diminuição ou (Aumento) do Ativo Operacional			
Diminuição ou (Aumento) do Ativo Operacional		(119.694)	(66.240)
Clientes		(53.411)	(47.698)
Estoques	7	(5.717)	(6.543)
Impostos e Taxas a Recuperar		(17.190)	(9.312)
Créditos e Outros Valores		(6.696)	(8.742)
Custos e Despesas Antecipadas		(32.216)	6.528
Créditos Judiciais a Receber		6.274	(289)
Depósitos Judiciais		373	5.427
Outros Ativos Circulantes		(11.111)	(5.611)
(Diminuição) ou Aumento do Passivo Operacional			
(Diminuição) ou Aumento do Passivo Operacional		76.296	5.589
Fornecedores		89.770	46.603
Outros Impostos e Contribuições		(274)	4.486
Salários e Benefícios a Pagar		654	318
Participação nos Lucros		(5.453)	(4.538)
Passivos Contingentes Pagos		(2.244)	(31.916)
Juros Pagos	19	(6.586)	(8.990)
Outras Obrigações		429	(374)
Caixa Gerado/(aplicado) pelas Atividades Operacionais		109.256	84.273
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado		(45.830)	(43.921)
Aquisição de Intangível		(6.933)	(703)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(52.763)	(44.624)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (Aplicado)			
Dividendo Pago		(22.499)	(18.920)
Amortização dos Empréstimos		(7.450)	(7.450)
Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Financiamento		(29.949)	(26.370)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		26.544	13.279
No início do Período		261.751	215.329
No final do Período		288.295	228.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS **EM 30 DE JUNHO DE 2024**

NOTA 1 – A BBTS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Tecnologia e Serviços S.A. (“BBTS” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 42.318.949/0013-18, é uma empresa controlada pelo Banco do Brasil S.A. (BB), que detém 99,97% de seu capital social. Atua na prestação de serviços nos segmentos de Tecnologia da Informação e de Processos de Negócios, tendo como seu principal cliente o Banco do Brasil S.A.. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Edifícios Públicos Norte, quadra 508, conjunto "C", lote 07, Brasília, Distrito Federal.

A BBTS possui um Portfólio de Negócios amplo e diversificado, com produtos de tecnologia (*Information Technology Outsourcing - ITO*) e de serviços (*Business Process Outsourcing - BPO*). Essa diversificação do portfólio proporciona diversidade nos negócios, ganhos de sinergia pela possibilidade de soluções com combinação de produtos e serviços, com benefícios à sustentabilidade dos negócios e geração de eficiência operacional interna e aos clientes atendidos.

Infraestrutura e Disponibilidade: oferecemos uma grande rede de atendimento técnico especializado em todo o território nacional para garantir a disponibilidade operacional de equipamentos de automação bancária, com manutenção corretiva, preventiva e preditiva, com uso de serviço de monitoração de ambientes e equipamentos.

Gestão de Segurança: a BBTS oferece disponibilidade de soluções especializadas de segurança para ambientes gerando valor por meio da integração de dispositivos e maior eficácia e assertividade no tratamento de eventos.

Comunicação e Conectividade: independentemente do tamanho da organização ou do segmento, soluções de telefonia e conectividade são ferramentas indispensáveis para otimizar a gestão e garantir outros benefícios.

Canais e BackOffice: a linha de negócios de Canais e *BackOffice* tem por objetivo gerar inteligência nos processos, aumento da eficiência e ganho de escala para os clientes, por meio da centralização de serviços de relacionamento com clientes e tratamento de documentos com dados sensíveis.

Produtos e Soluções Digitais: por meio de soluções construídas internamente e/ou desenvolvidas e comercializadas com parceiros, as soluções digitais da BBTS oferecem tecnologias confiáveis para potencializar a transformação digital das organizações.

Correspondente Bancário: a BBTS será responsável pela comercialização de produtos diretamente ou por meio de substabelecimento a outras empresas formando uma rede de correspondentes, atuando como Gestora de Rede.

É por meio da diversidade e complementaridade do seu Portfólio de Negócios, e da capilaridade e especialização das suas unidades de operações, que a BBTS realiza com excelência a entrega de eficiência operacional na prestação dos serviços aos clientes, além de garantir a sustentabilidade dos resultados e dos negócios.

A figura a seguir apresenta de forma resumida o Portfólio da BBTS, com suas Linhas de Negócios e respectivas modalidades de produtos e serviços:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

<p>Infraestrutura e Disponibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade Operacional de TAA • Disponibilidade Operacional de Bens de Automação Bancária • Monitoração de Ambientes • Rede Man Infraestrutura de Data Center • Assistência Técnica de sistemas de Portas Giratórias, CFTV e demais equipamentos legados
<p>Gestão de Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> • DOSA - Disponibilidade Operacional Sistema de Alarme, Gerador de Neblina, Rastreadores, Luz Estroboscópica • DOCA - Disponibilidade Operacional de Controle de Acesso • DOSI - Disponibilidade Operacional de Sistema de Imagens • PSIM - Plataforma de Integração e Gerenciamento de informações de segurança física • SOC - Monitoração de Eventos de Segurança Cibernética • CDT - Cross Data Time
<p>Comunicação e Conectividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intevia - Mensageria SMS • Intevia - Mensageria Email-Marketing • PVV/Teya - Outsourcing de Telefonia
<p>Canais e Backoffice</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais de Relacionamento e Telecobrança • Cobrança Extrajudicial de Dívidas • Esteira Operacional de Preparação para Ajuizamento de Operações • Microfilmagem
<p>Produtos e Soluções Digitais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovve Service • Fábrica de Software • Licenter - Revenda Especializada (Oracle, Cisco, Qlik, VMWare, AWS, SUSE) • HIVEPlace • Hosting de Data Center
<p>Correspondente Bancário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de rede de correspondentes substabelecidos

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva em 13 de agosto de 2024 e pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2024.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da BBTS. A definição desta moeda se deu através dos critérios previstos nos itens 9 a 14 do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis.

Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de reais (R\$ mil) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BBTS de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023.

e) Normas e pronunciamentos recentemente emitidos**Normas aplicáveis a partir de 01.01.2024****Revisão de pronunciamentos técnicos N.º 23/2023**

Em agosto de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu alterações nos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

A revisão estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de classificação de passivos como circulante ou não circulante; passivos não circulantes com covenants e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback).

A BBTS avaliou os impactos da revisão dos pronunciamentos e não identificou efeitos significativos.

Revisão de pronunciamentos técnicos N.º 24/2023

Em dezembro de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu alterações nos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1).

A revisão estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores. A BBTS avaliou os impactos da revisão dos pronunciamentos e não identificou efeitos significativos.

NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis adotadas pela BBTS são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

a.1) Receita de Contratos com Clientes

De acordo com o CPC 47 (IFRS 15), a entidade deve reconhecer a receita de forma a refletir a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes no valor que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Segundo o CPC 47, o reconhecimento da receita ocorre quando as obrigações de desempenho especificadas no contrato são atendidas, refletindo o estágio de execução das mesmas. Isso significa que o reconhecimento da receita não se baseia no cumprimento de critérios específicos, mas sim no progresso das obrigações de desempenho ao longo do tempo. Os passos para o reconhecimento de receita incluem: (I) identificação do contrato com o

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

cliente; (II) identificação das obrigações de desempenho no contrato; (III) determinação do preço da transação; (IV) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (V) reconhecimento da receita conforme as obrigações de desempenho são cumpridas.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas quando a entidade satisfaz a obrigação de desempenho transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Estas receitas são provenientes de diversos segmentos, tais como infraestrutura e disponibilidade, gestão de segurança, conexão e conectividade, canais e BackOffice, produtos e soluções digitais, e correspondente bancário. Elas podem ser reconhecidas ao longo do tempo, quando os produtos têm vigência definida, sendo a obrigação de desempenho diluída de forma linear ao longo da vigência do negócio, ou em momentos específicos, como produtos mensais, onde a obrigação de desempenho é cumprida mensalmente, dependendo das características dos produtos.

a.2) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam atualização monetária e/ou juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros.

b) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia deve alocar seus recursos em fundos extramercado, referenciados na taxa DI - depósito interfinanceiro (conforme Decreto-Lei 1290/73 e Resoluções CMN 4.986/22 e CMN 4.034/11), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento de sua rentabilidade. Tais ativos não possuem restrições para o uso e não foram dados como garantia a nenhuma operação.

c) Tributos

Os tributos são apurados de acordo com as bases de cálculo e alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Base de Cálculo	Alíquotas
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro Real	9%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Faturamento	3% e 7,6%
PIS/PASEP	Faturamento	0,65 % e 1,65%
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	Valor da Operação de Circulação Mercadoria/Prestação Serviço	até 20%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Valor do Serviço Prestado	até 5%

A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social está limitada a 30% do lucro real.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pelo Procedimento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

d) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, que estão sendo apropriados conforme competência, com base na vigência de apólices de seguros, contratos de serviços ou de financiamento.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

e) Ativos Financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo o CPC 48 (IFRS 9), os ativos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos. A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nessa categoria.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nessa categoria.

Valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma. Os ativos financeiros da Companhia são enquadrados nessa categoria.

f) Passivos Financeiros não Derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a BBTS se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

g) Ativos Imobilizados

A política de reconhecimento, mensuração e depreciação de ativo imobilizado foi construída pela Companhia a partir das diretrizes Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Reconhecimento e Mensuração: itens são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada (imparidade).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação: a depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Redução ao valor recuperável (imparidade)

Ativos Financeiros (incluindo recebíveis): os ativos financeiros que não são mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados, a cada data de apresentação, para apurar se há evidência de perda no seu valor recuperável, conforme os requisitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

De acordo com o CPC 48, a Companhia deve avaliar a expectativa de perda de crédito esperada associada a esses ativos. Essa avaliação deve considerar a possibilidade de eventos de perda que possam ocorrer ao longo da vida dos ativos financeiros, a partir do reconhecimento inicial. A perda por redução ao valor recuperável (imparidade) é reconhecida com base em uma estimativa de perdas de crédito esperadas, que considera todos os eventos e informações disponíveis que possam impactar os fluxos de caixa futuros.

A BBTS avaliou e não identificou impactos aplicáveis para os ativos financeiros.

Ativos não Financeiros: os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são avaliados a cada exercício social conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) de 2010, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que dispõe que a entidade deve avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo. Se houver indicação de desvalorização, a BBTS estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: I) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e II) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização, reconhecida no resultado do período.

A BBTS avaliou os impactos da revisão dos pronunciamentos e não identificou efeitos significativos.

i) Arrendamento

A BBTS avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento e reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a companhia é arrendatária.

O passivo é inicialmente mensurado a valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita de arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente identificada, a BBTS utiliza a taxa incremental de captação. A taxa de desconto é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo e garantia semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A taxa média de desconto utilizada pela BBTS foi de 12,46% a.a.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento do arrendamento realizado. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo arrendamento correspondente e os pagamentos efetuados na data de aquisição ou antes, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (caso aplicável). Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil correspondente do ativo, qual for o menor.

O direito de uso do imóvel alugado é reconhecido no balanço patrimonial como ativo imobilizado – ativos de direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento constam em outras obrigações – arrendamento.

Como resultado dessa avaliação, a BBTS identificou 45 contratos de arrendamento que tem como objeto o aluguel de móvel ou imóvel, utilizado na prática de suas operações.

NOTA 4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Os critérios e premissas utilizados para realizar estimativas e julgamentos são regularmente revisados e sua validade é reavaliada, pelo menos, durante a preparação das demonstrações contábeis intermediárias. A elaboração dessas demonstrações requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas contábeis e premissas, os quais influenciam os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Ativos e passivos de importância significativa sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual dos ativos imobilizados, provisões para perdas créditos esperados, obsolescência de estoques e provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Os valores definitivos das transações relacionadas a essas estimativas só são conhecidos quando efetivamente ocorrem.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota 6 – Clientes; Nota 7 – Estoques; Nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social; Nota 15 – Imobilizado; Nota 16 – Intangível; Nota 23 – Provisões e Passivos Contingentes e Nota 29 – Despesas de Provisões para Contingências e para Perdas em Créditos.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Aplicações	269.836	215.378
Bancos Conta Movimento	18.459	46.373
Total	288.295	261.751

A fim de remunerar seus recursos, a Companhia aloca seus capitais em fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro). Esses fundos são notadamente de baixo risco e possuem liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados. Essa estratégia visa aumentar significativamente a rentabilidade dos recursos. Vale ressaltar que esses ativos não têm restrições de uso e não foram oferecidos como garantia para nenhuma operação.

NOTA 6 – CLIENTES

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Circulante	Circulante
Contas a Receber por Apropriação	104.369	93.522
Contas a Receber	49.421	6.857
Prov. p/ Riscos de Créditos	(2.001)	(2.001)
Total	151.789	98.378

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor das medições efetuadas ao final de cada mês, incluindo os respectivos tributos. Os créditos decorrentes da prestação de serviços são liquidados no curto prazo, em média no prazo máximo de 30 dias. Em função deste prazo, os cálculos de ajustes a valor presente não apresentaram valores relevantes, motivo pelo qual não houve contabilização de ajustes a valor presente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

A carteira de clientes está concentrada no segmento financeiro, com elevada participação do controlador Banco do Brasil S.A. e empresas do seu conglomerado.

Dias de Atraso	30.06.2024	31.12.2023
0 - 30 dias	47.420	4.856
61 - 90 dias	-	6
181 - 360 dias	7	1
Acima de 360 dias	1.994	1.994
Total	49.421	6.857

NOTA 7 – ESTOQUES

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Manutenção	68.638	59.566
Peças em Reparo ^[1]	(31.637)	(27.300)
Recepção / Expedição	4.756	3.691
Prov. para Obsolescência	(173)	(173)
Prov. de Perdas de Inventário	(83)	-
Total	41.501	35.784

^[1] Esse valor refere-se ao reconhecimento de peças defeituosas, que estão em reparo e que compõem o estoque, conforme nova metodologia de mensuração do estoque, aprovado pela diretoria executiva.

Os estoques são constituídos pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques. Os custos dos estoques foram determinados pelo método de custo médio líquido dos impostos recuperáveis.

Os estoques são representados por materiais de consumo e peças de reposição das máquinas de autoatendimento, que a BBTS deve manter em estoque para atendimento, reposição e manutenção imediata e são previstos nos contratos de assistência técnica com seu cliente Banco do Brasil S.A.

Se constatadas as características de obsolescência ou deterioração, ou seja, sua perda de capacidade de utilização futura, o item deve ser baixado e reconhecida uma despesa no resultado do período em que a baixa ocorrer. Caso a baixa física não ocorra no momento da constatação, deve-se constituir uma provisão para perda para controle de itens considerados obsoletos e aguardando sua efetiva baixa por venda ou descarte, mas registrando a perda no resultado, via provisão.

NOTA 8 – IMPOSTOS E TAXAS A RECUPERAR

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRPJ	21.533	43.462	44.267	-
IRPJ a restituir/compensar	21.533	46.613	44.267	3.080
Prov. p/ Perdas IRPJ	-	(3.151)	-	(3.080)
CSLL	2.856	19.088	8.302	10.139
CSLL a restituir/compensar	2.856	19.685	8.302	10.723
Prov. p/ Perdas CSLL	-	(597)	-	(584)
ISS	743	-	1.047	-
ISS Compensar	743	1.090	1.047	1.032
Prov. p/ Perdas ISS	-	(1.090)	-	(1.032)
INSS	2.305	-	2.146	-
COFINS	1.205	8.890	-	12.370
PASEP	262	1.928	-	2.685
Prov. p/ Perdas Pasep/Cofins	-	(2.575)	-	-
Total	28.904	70.793	55.762	25.194

O Banco do Brasil S.A. retém da BBTS os tributos federais conforme previsto na Lei 10.833/2003, que estabelece que as sociedades de economia mista, controladas diretamente pela União, retenham, compulsoriamente, tributos federais na fonte (IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS) em seus pagamentos aos fornecedores. O direito de compensar tais impostos depende de ações da Companhia junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e aprovação do órgão quanto à compensação a ser realizada, porém não existe histórico de reprovação quando o pedido é realizado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

A BBTS emprega os impostos a recuperar/compensar para mitigar o montante dos tributos a recolher, o que resulta em uma gestão mais eficiente do seu fluxo de caixa.

Desde 2006, são diversos os processos administrativos em trâmite junto à Receita Federal do Brasil (RFB) solicitando restituição de valores em razão de retenções ocorridas em montantes superiores aos tributos efetivamente devidos e, alguns encontram-se pendentes de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Em virtude de alguns pedidos de restituições de saldo negativo de IRPJ e CSLL efetuados à RFB (Receita Federal do Brasil) terem ocorrido com glosas e pelo andamento dos processos junto ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), a Companhia constituiu provisão para perdas desses valores no montante de R\$ 3,7 milhões (não circulante).

INSS - A Companhia também possui retenções na fonte de INSS sobre alguns tipos de serviços prestados com emprego de mão de obra e esses valores registrados no circulante estão sendo compensados com o INSS.

ISS – Os créditos correspondem à retenção na fonte efetivada por clientes. Os valores estão provisionados uma vez que esses créditos se encontram pendentes de deferimentos da autoridade fiscal para fins de compensação.

ICMS – Os créditos correspondem aos saldos credores registrados nos livros de apuração de ICMS dos estabelecimentos da BBTS que possuem circulação de peças.

PASEP/COFINS – Até junho de 2017, a BBTS calculava os seus tributos federais de PASEP/COFINS pelo regime não cumulativo, com a utilização das alíquotas de 1,65% e de 7,6% sobre o faturamento, respectivamente, deduzindo os créditos previstos na legislação tributária provenientes dos custos utilizados na prestação de serviços. Após estudo, identificou-se que determinadas receitas deveriam estar sobre a incidência do regime cumulativo, com alíquotas de PASEP/COFINS de 0,65% e 3%, respectivamente.

Para realizar o cálculo retroativo, a BBTS contratou empresa especializada na área contábil-tributária. Essa empresa identificou um valor de R\$ 9,6 milhões (não circulante) que havia sido contabilizado no mês de abril de 2018. No entanto, devido à perda do prazo prescricional referente ao ano de 2014, esse valor foi reduzido em R\$ 900 mil em 2020.

Em 2023, o valor foi corrigido pela taxa Selic mensal, resultando em um total de R\$ 15 milhões (não circulante). Já no primeiro semestre de 2024, esse valor foi novamente corrigido pela taxa Selic mensal e teve a diferença da retificação da obrigação acessória (EFD Contribuições) subtraída. O saldo resultante totaliza R\$ 10,8 milhões no ativo não circulante.

NOTA 9 – CUSTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Licenciamento Software	37.859	927	6.423	305
Prêmios de Seguros	136	-	76	-
Demais Despesas Administrativas (IPTU)	98	-	-	-
Total	38.093	927	6.499	305

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Adiantamento a Fornecedores	9.758	7.703
Adiantamento s/13 Salário	7.199	-
Adiantamento Auxílio Alimentação	4.593	3.754
Ressarcimento Cedidos BBTS	3.168	3.022
Adiantamento s/ Salários	2.677	1.576
Adiantamento Plano de Saúde	1.338	1.210
Outros	1.164	1.013

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Adiantamento s/ Férias	833	1.059
Créditos a Recuperar (Antecipações)	(1.377)	(1.095)
Total	29.353	18.242

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Despesa de IRPJ e CSLL	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Valores Correntes	(33.370)	(26.909)
Provisão para o IRPJ	(24.325)	(19.627)
Provisão para a CSLL	(9.045)	(7.282)
Ativo Fiscal Diferido (Créditos Tributários)	(13.802)	(8.484)
Prejuízo Fiscal de IRPJ/CSLL	(14.572)	(11.533)
IRPJ Prejuízo Fiscal	(10.715)	(8.603)
CSLL Base Negativa	(3.857)	(2.930)
Diferenças Temporais	770	3.049
IRPJ	566	2.242
CSLL	204	807
Total IRPJ/CSLL	(47.172)	(35.393)

b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Resultado antes dos Tributos sobre o lucro	139.876	105.433
Encargos Totais de IRPJ (25%) e CSLL (9%)	(47.558)	(35.848)
Incentivos Fiscais	827	636
IRPJ Reversão/Recuperação	(210)	(258)
Outros Valores	(231)	77
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(47.172)	(35.393)

c) Ativo Fiscal Diferido (Créditos Tributários)	31.12.2023		30.06.2024	
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Prejuízos Fiscais	17.551	0	(14.572)	2.979
IRPJ	12.995	0	(10.715)	2.280
CSLL	4.556	0	(3.857)	699
Diferenças Temporais (IRPJ e CSLL)	48.329	119.659	(118.889)	49.099
PCLD	736	4.192	(4.096)	832
Provisão para Contingências	14.924	1.782	(3.083)	13.623
Provisão de Contas a Pagar	26.174	106.728	(104.346)	28.556
Demais Provisões	6.495	6.957	(7.364)	6.088
Total Ativado	65.880	119.659	(133.461)	52.078

Expectativa de Realização: a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em dezembro de 2023, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo, sendo o valor presente apurado com base na taxa média over-Selic do Banco Central do Brasil. Novo estudo será realizado no fechamento das demonstrações contábeis de 2024:

Ano	Consumo Nominal	Consumo Valor Presente
dez/24	7.501	6.865
dez/25	8.317	7.001
dez/26	8.976	6.956
dez/27	9.558	6.815
dez/28	10.074	6.610
dez/29	10.528	6.356
dez/30	10.926	6.070
Total	65.880	46.673

Durante o primeiro semestre de 2024, a BBTS registrou uma realização dos créditos tributários. Esse montante corresponde à diferença entre a constituição desses créditos e a sua baixa, totalizando R\$ 13,8 milhões.

NOTA 12 – CRÉDITOS E OUTROS VALORES

Correspondem a cauções fornecidas a clientes e fornecedores para garantir prestação de serviços e aluguéis de imóveis. As garantias são atualizadas mensalmente, com base nos índices apresentados nos contratos, e conferem com as posições bancárias que estão assim constituídas:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Não Circulante	Não Circulante
Cauções:	318	2.930
Clientes:	63	2.806
Banco do Brasil	63	2.681
Caixa Econômica Federal	-	125
Fornecedores:	255	124
Bradesco	129	124
Caixa Econômica Federal	126	-
Postos de Trabalho:	48.542	39.234
Banco do Brasil	48.542	39.234
Total	48.860	42.164

NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo dos depósitos judiciais dados em garantia para as contingências passivas prováveis, possíveis ou remotas, estão assim constituídos:

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Não Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	26.268	25.583
Cíveis	2.232	2.162
Tributários	101	305
Total	28.601	28.050

Os saldos são confrontados com as posições mensais fornecidas pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A., que são atualizadas conforme as posições contabilizadas pelas instituições financeiras depositárias. O montante registrado corresponde ao valor recuperável.

NOTA 14 – CRÉDITOS JUDICIAIS A RECEBER

O saldo dos créditos judiciais a receber em 2023 refere-se a precatórios, onde o Governo Federal (IBGE) é o devedor, conforme decisão judicial favorável à BBTS no processo nº 0014472-47.1994.4.02.5101.

A BBTS realizou o recálculo dos valores, levando em conta a data de retorno estabelecida em 2020. Na sentença, foi determinado que o cálculo retroagiria até a data-base de dezembro de 2002. Como resultado, o valor chegou a R\$ 13,2 milhões, os quais foram levantados em março de 2024.

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Não Circulante	Não Circulante
Créditos Judiciais a Receber	-	6.274
Total	-	6.274

NOTA 15 – IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2023	01.01 a 30.06.2024		30.06.2024		
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Máquinas e Equipamentos	10%	107.104	4.635	(8.171)	167.557	(63.989)	103.568
Arrendamento	0% ^[1]	80.151	26.763	(13.558)	126.650	(33.294)	93.356
Equipamentos de	20%	53.847	13.484	(8.621)	138.155	(79.445)	58.710
Móveis e Utensílios	10%	11.193	368	(853)	23.279	(12.571)	10.708
Imobilizações em andamento	0%	-	5.082	-	5.082	-	5.082
Instalações	10%	4.171	-	(268)	5.679	(1.776)	3.903
Terrenos	0%	1.700	-	-	1.700	-	1.700
Edifícios	4%	774	-	(54)	2.800	(2.080)	720
Benfeitorias em Imóveis	100%	374	46	(304)	1.628	(1.512)	116
Obras de Arte	0%	18	(18)	-	-	-	-
Provisão para perdas ^[2]	0%	(8.975)	990	-	(7.985)	-	(7.985)
Total	-	250.357	51.350	(31.829)	464.545	(194.667)	269.878

^[1] O percentual anual depreciação varia de acordo com cada contrato de locação de bens.

^[2] Constituição de provisão para perda do imobilizado da Assistência Técnica e Teyá.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

No primeiro semestre de 2024, a Companhia realizou aquisições de imobilizado com destaque para as contas "Equipamentos de Processamento de Dados" e "Máquinas e Equipamentos", com a modernização da infraestrutura de TIC, incluindo a atualização de equipamentos e periféricos e a implementação de soluções de áudio bidirecional, além dos investimentos voltados à continuidade dos projetos DOSI (Sistema de Imagens), DOSA/DODR (Sistema de Alarmes) e DOCA (Controle de Acesso).

a) Arrendamento

	31.12.2023				30.06.2024	
	Saldo Contábil	Juros incorridos	Parcelas pagas	Adição/Remensuração	Saldo Contábil	
Arrendamento	86.637	5.412	(17.553)	26.763	101.259	
Total	86.637				101.259	
Passivo Circulante	19.747	23.910				
Passivo Não Circulante	66.890	77.349				

b) Análise de Vencimento dos Passivos de Arrendamento

Representa o Fluxo de Caixa contratuais não descontados a valor presente por prazo de vencimento.

	30.06.2024
Até 1 ano	36.179
Acima de 1 ano até 3 anos	60.967
Acima de 3 anos	29.971
Total	127.117

NOTA 16 – INTANGÍVEL

Descrição	Taxa anual de amortização	2023		30.06.2024			Saldo contábil
		Saldo contábil	Movimentações	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	
Softwares Desenvolvidos	20%	8.966	89	(1.509)	15.516	(7.970)	7.546
Softwares em Desenvolvimento	0%	1.543	1.189	-	2.732	-	2.732
Direitos de Uso de Software	20%	1.881	87	(296)	27.434	(25.762)	1.672
Total	-	12.390	1.365	(1.805)	45.682	(33.732)	11.950

Em conformidade com o Procedimento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, os ativos classificados no intangível referem-se à aquisição de direitos de uso de *software* que, apesar de não possuírem substância física, contribuem para gerar benefícios econômicos à Companhia.

Baseado no item 57 do Procedimento Técnico CPC 04 (R1), a BBTS reconhece no seu ativo os softwares desenvolvidos e os que estão em projeto de desenvolvimento, cujo objetivo é atender a demanda interna. Os ativos intangíveis que foram adquiridos e desenvolvidos internamente estão sujeitos à amortização, cuja taxa está coerente com a vida útil econômica dos bens. Já os softwares em desenvolvimento não são amortizados.

NOTA 17 – FORNECEDORES

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores ^[1]	123.577	-	58.448	-
Provisão de Contas a Pagar	83.991	-	76.985	-
Arrendamento	23.910	77.349	19.747	66.890
Consórcio a Pagar	1.377	1.836	1.711	3.279
Previdência Complementar	1.375	-	2.291	-
Demais	5.071	-	6.371	-
Total	239.301	79.185	165.553	70.169

^[1] Registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de bens e serviços adquiridos no curso normal das atividades da BBTS. O registro da obrigação no passivo é a contrapartida em função da data do recebimento do bem ou serviço contratados.

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante		Circulante	
ISS	14.607		12.931	
PASEP/COFINS/CSLL	10.974		11.971	

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

INSS	9.675	8.158
IR-Retido na Fonte	1.656	2.877
ICMS	1.447	1.436
FGTS	588	1.883
Outros	117	82
Total	39.064	39.338

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS

Os Empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e demonstrados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos dos encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

São classificados no Passivo Circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Em abril de 2021 optou-se pela captação de recursos para o encerramento do processo arbitral envolvendo o Banco da Amazônia S.A com débito total no valor de R\$ 217,6 milhões, sendo R\$ 68,9 milhões recursos próprios e R\$ 148,7 milhões de empréstimo de longo prazo (05 anos) captado junto ao Banco do Brasil S.A. em abril de 2021 ao custo mensal de CDI + 2,10% a.a. e amortização semestral de R\$ 7,5 milhões.

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos	15.296	89.100	15.364	96.550
Total	15.296	89.100	15.364	96.550

Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido, serão exigidos, nos termos da Resolução CMN nº4.882/20: encargos financeiros contratados para o período de adimplência da operação, juros moratórios de 1% a.m. sobre o valor inadimplido e multa de 2% calculada e exigida nos pagamentos parciais, sobre os valores amortizados e na liquidação final.

Conforme previsto em cláusula especial de vencimento antecipado do contrato de empréstimo, sem prejuízo de outras causas de vencimento antecipado da obrigação, o banco poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir sua imediata liquidação se, na sua vigência e sem expressa concordância do banco: for transferido o controle direto e/ou indireto do seu capital; houver alteração de titularidade do seu capital social; houver alteração do capital social de qualquer de suas controladas que resulte em perda do seu controle societário. A Companhia está adimplente conforme previsto na cláusula especial de vencimento antecipado do contrato.

	Circulante	Não Circulante
Saldo devedor em 31.12.2023	15.364	96.550
Reclassificação	7.450	(7.450)
Amortização	(7.450)	-
Juros	6.518	-
Juros Pagos	(6.586)	-
Saldo devedor em 30.06.2024	15.296	89.100

NOTA 20 – SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A PAGAR

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Circulante	Circulante
Salários e Benefícios a Pagar	2.579	1.925
Total	2.579	1.925

A BBTS realiza o pagamento dos salários dentro da competência, o saldo remanescente refere-se ao registro dos empregados cedidos, cujo pagamento ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente.

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração (Em Reais):

	30.06.2024	31.12.2023
Remuneração de Empregados e Dirigentes		
Empregados		

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Menor Salário	1.636,90	1.400,39
Maior Salário	34.763,67	32.969,35
Salário Médio	5.858,14	5.269,47
Administradores		
Presidente	59.500,97	56.873,42
Diretor	49.316,88	47.139,06
Conselheiros		
Conselho de Administração	5.618,49	5.370,38
Conselho Fiscal	5.618,49	5.370,38
Comitê de Auditoria	5.618,49	5.370,38

Conforme previsto no Estatuto Social da BBTS, em seu Art. 11, inciso V, a remuneração global dos administradores é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As características de remuneração de cada órgão da BBTS são descritas a seguir:

Diretoria Executiva: remunerar os membros da Diretoria Executiva (DIREX) tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, de forma a maximizar os resultados da Empresa de maneira sustentável ao longo do tempo.

Conselho de Administração (CONAD), Conselho Fiscal (COFIS) e Comitê de Auditoria (COAUD): para os membros dos conselhos, o valor praticado corresponde a 10% (dez por cento) da média ponderada dos valores pagos aos membros da Diretoria Executiva (DIREX), sendo o objetivo remunerá-los pelos serviços prestados.

NOTA 21 – PROVISÕES DE PESSOAL

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Circulante	Circulante
Provisão de Férias	33.523	30.637
Provisão para 13º Salário	10.918	-
Provisão para Acordo Coletivo	3.311	6.427
Provisão para Licença Prêmio	2.258	2.053
Provisão para Previdência Complementar	1.455	984
Total	51.465	40.101

NOTA 22 – PROVISÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
	Circulante	Circulante
IRPJ	3.184	3.090
CSLL	1.146	1.113
Total	4.330	4.203

A provisão foi constituída com base na incidência do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) sobre os tributos federais de PASEP/COFINS, anos 2015, 2016 e 2017, quando da mudança do regime não cumulativo para o regime misto (cumulativo e não cumulativo).

Os valores recalculados com a adoção do regime misto foram pleiteados na ação de repetição de indébito sob o número 1071470-93.2020.4.01.3400 contra a União Federal (Fazenda Nacional).

NOTA 23 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na avaliação de assessores jurídicos e da Administração, for considerado uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente. A BBTS utiliza para fins de provisão para os passivos contingentes a avaliação individualizada para os processos.

Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível provisionados, consistem em: i) ações de improbidade administrativa, ajuizadas sob fundamento de ilegalidades na formalização e/ou execução de contratos administrativos; e em ii) ações movidas por ex-fornecedores nas quais se discute a interpretação de cláusulas contratuais bem como divergência nos valores pactuados/adimplidos.

Ações Trabalhistas

A BBTS responde a processos judiciais trabalhistas ajuizados, na sua maior parte, por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados), que postulam a responsabilidade subsidiária da Companhia no pagamento de verbas trabalhistas inadimplidas pela empregadora. Há, também, ações trabalhistas propostas por empregados do quadro próprio da BBTS, tanto da ativa quanto já desligados da Companhia, sendo mais comuns os pedidos de progressão de carreira, adicional de periculosidade e outros.

Ações Fiscais

A BBTS está sujeita a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos, como: ISSQN, ICMS, PIS/CONFINS, IRPJ, IRRF, CSRF. Para a garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais.

A movimentação nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis, foi a seguinte:

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Demandas Trabalhistas				
Saldo Inicial	9.594	31.972	51.368	20.783
Reclassificação	-	-	(360)	360
Constituição	1.789	2.940	6.613	13.295
Reversão Provisão	-	(7.602)	(13.621)	(1.647)
Baixa depósito (levantamento)	(807)	-	(6.037)	(3.937)
Baixa por Pagamento	(1.365)	-	(29.300)	-
Atualização Monetária	481	1.044	931	3.118
Saldo Final	9.692	28.354	9.594	31.972
Demandas Fiscais				
Saldo Inicial	81	250	-	282
Reclassificação	-	-	81	(81)
Reversão da Provisão	-	(187)	-	(12)
Atualização Monetária	-	9	-	61
Saldo Final	81	72	81	250
Demandas Cíveis				
Saldo Inicial	949	1.047	1.694	1.149
Reclassificação	-	-	206	(206)
Constituição	79	-	-	26
Reversão da Provisão	(14)	(184)	(20)	-
Baixa depósito (levantamento)	-	-	(1.011)	-
Baixa por Pagamento	(72)	-	(2)	-
Atualização Monetária	16	47	82	78
Saldo Final	958	910	949	1.047
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	10.731	29.336	10.624	33.269

Cronograma Esperado de Desembolso:

	Cíveis	Trabalhista	Tributários
De 0 a 1 ano	958	9.692	81
Acima de 1 ano a 5 anos	910	28.354	72

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Total	1.868	38.046	153
--------------	--------------	---------------	------------

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, assim como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais e, eventualmente, na própria legislação, tornam incertos os valores e cronograma esperado de saída.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias, sendo divulgados em notas explicativas, conforme divulgação abaixo, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Demandas Trabalhistas ^[1]	15.619	17.241
Demandas Fiscais ^[2]	41.585	37.554
Demandas Cíveis ^[3]	17.634	17.527
Total	74.838	72.322

As principais contingências têm origem em: ^[1] pagamento de comissões, adicional de periculosidade, equiparação, diferenças salariais e indenização por dano moral coletivo; ^[2] débitos da DCTF; ^[3] improbidade administrativa, rescisão contratual com fornecedor e ressarcimento ao erário.

NOTA 24 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contingências a Pagar	360	570	360	750
Provisão Remuneração Variável Administradores	2.832	-	3.580	-
Cauções e Fornecedores	212	-	215	-
Credores Diversos	1.338	-	734	-
Credores Diversos Fopag	1.217	-	314	-
Credores Diversos Deslocamentos	30	-	420	-
Outros Credores Diversos	91	-	-	-
Total	4.742	570	4.889	750

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 300.039.531,17 (trezentos milhões, trinta e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e dezessete centavos), dividido em 497.173.172, sendo 248.586.586 ações ordinárias e 248.586.586 ações preferenciais. O Banco do Brasil S.A. possui 99,97% das ações totais da Companhia.

	Ações Preferenciais(N)	Percentual (%)	Ações Ordinárias (ON)	Percentual (%)
Banco do Brasil	248.586.126	100,00%	248.458.167	99,95%
Outros	460	0,00%	128.419	0,05%
Total	248.586.586	100%	248.586.586	100%

Reserva de Lucros:

Reserva Legal: é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital.

Reserva para Expansão: é constituída com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Reserva Legal	11.704	11.704
Reserva p/ Expansão	85.379	166.784

Ações em Tesouraria: a BBTS possui 62.460 ações adquiridas de acionistas minoritários em 25 de outubro de 2011 pelo valor de R\$ 15 mil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Dividendos: a BBTS possui Política de Dividendos, disponível no site da Companhia, aprovada no âmbito do Conselho de Administração e revisada, no mínimo, a cada três anos ou quando solicitada pelo Banco do Brasil S.A., acionista controlador.

A variação observada decorre da atualização mensal dos dividendos pela taxa Selic.

	Movimentações em 2024			30.06.2024
	31.12.2023	Atualização Monetária	Pagamento	
Dividendos	21.750	756	(22.499)	7

Foi provisionado em dezembro/2023 R\$ 21,7 milhões de dividendos do exercício 2023. Em abril/2024, foi aprovado em assembleia (AGO), o pagamento dos dividendos aos acionistas. O saldo remanescente de dividendos, R\$ 7 mil, é relativo a valores pendentes de pagamento, referente a distribuição de dividendos de exercícios anteriores, disponibilizados aos titulares (acionistas), que até o momento não usufruíram dos seus direitos. Esses valores ficarão disponíveis por 3 anos conforme disposto na Lei 6.404/76 e, após decorrido prazo esse direito prescreve.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita da Companhia foi gerada, principalmente, por contratos de médio e longo prazo que possuem como objeto serviços de assistência técnica, segurança eletrônica e monitoramento, *contact center*, gerenciamento de mensagens curtas e serviços e licenciamento de software. As deduções correspondem a tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

Descrição	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Receita Bruta	969.219	812.779
Assistência Técnica	328.811	298.629
Segurança Eletrônica e Monitoração	145.269	144.433
Contact Center	129.475	83.664
Microfilmagem	65.055	5.156
Serviços e Licenciamento de Softwares	63.812	115.862
Serviços de Mensagens Curtas - SMS	54.445	40.914
Fábrica de Software	43.723	52.819
Correspondente Bancário	36.392	1.641
Serviço de Representação	30.188	13.890
Hiveplace	27.891	13.412
Outsourcing	26.985	26.531
Suporte com Ajuizamento de Operações	9.630	7.855
DataCenter	4.524	5.083
Demais Negócios	3.019	2.890
Deduções	(117.680)	(93.862)
COFINS	(66.798)	(52.336)
ISS	(36.383)	(30.166)
PASEP	(14.499)	(11.360)
Receita Líquida	851.539	718.917

NOTA 27 – CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Descrição	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Serviços Especializados	(157.119)	(112.240)
Pessoal	(135.350)	(127.932)
Manutenção Especializada	(38.418)	(42.614)
Serviços de Mensagens Curtas - SMS	(48.805)	(33.074)
Revenda de Serviços e Licenciamento de Softwares	(36.074)	(45.608)
Reparo	(34.352)	(31.113)
Depreciação e Amortização	(28.464)	(24.463)
Viagens e Deslocamentos	(20.833)	(20.173)
Hiveplace	(16.549)	(7.441)
Infraestrutura Administrativa de Filiais	(15.012)	(11.636)
Impostos s/ Aplicação de Peças	(13.060)	(10.432)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Fretes	(14.150)	(9.641)
Aplicação de Peças	(2.211)	(7.972)
Outros	(34.167)	(32.982)
Total	(594.564)	(517.321)

NOTA 28 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Pessoal	(67.671)	(59.977)
Serviços Especializados	(25.767)	(13.783)
Manutenção de Sistemas	(7.819)	(2.867)
Provisão para Participação nos Lucros	(5.520)	(4.226)
Depreciação e Amortização	(5.170)	(4.175)
Despesas Tributárias	(6.482)	(5.054)
Infraestrutura Administrativa	(1.980)	(1.294)
Serviços (tarifas) Públicas	(1.891)	(2.028)
Honorários da Administração	(1.507)	(1.358)
Treinamento	(780)	(1.114)
Propaganda	(1.010)	(549)
Outras Despesas	(1.838)	(1.275)
Total	(127.435)	(97.700)

NOTA 29 – DESPESAS DE PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E PARA PERDAS EM CRÉDITOS

A seguir, apresentamos os efeitos consolidados das movimentações das provisões no resultado:

Descrição	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Provisão para Contingências	1.582	4.482
Prov. p/ Contingências Passivas	(6.405)	(12.555)
Contingências Passivas	7.987	17.037
Provisão para Perdas em Créditos	(366)	(619)
Clientes	-	(432)
Créditos a Recuperar (Antecipações)	(283)	(116)
Perdas em Inventário	(83)	(71)
Total	1.216	3.863

NOTA 30 – ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Descrição	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
Receitas Financeiras	15.188	18.841
Receitas Financeiras	12.713	14.691
Atualização de Impostos e Taxas a Recuperar	1.551	2.759
Atualização de Depósitos Judiciais	924	1.391
Despesas Financeiras	(13.382)	(20.791)
Despesas Bancárias e IOF	(7.383)	(14.725)
Juros Arrendamento	(5.244)	(5.294)
Variações Passivas	(755)	(772)
Encargos Financeiros Líquidos	1.806	(1.950)

NOTA 31 – PARTES RELACIONADAS

		ATIVOS	30.06.2024	31.12.2023
Banco do Brasil	Controlador	Aplicação - Postos de Trabalho ^[1]	48.542	39.234
Banco do Brasil	Controlador	Contas a Receber	44.636	4.327
Banco do Brasil	Controlador	Conta Corrente	17.996	45.130
Banco do Brasil	Controlador	Poupança	63	2.681
Banco do Brasil Américas	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	17	-
BB Asset Management	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	-	3
Brasilprev	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	51	-
BrasilSeg Companhia de Seguros	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	2.198	-
Caixa de Assist. dos Func. do Banco do Brasil - Cassi	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	10	-
Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil - Previ	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	43	41
Cateno Gest. de Contas a Pag. S.A.	Outras partes relacionadas	Contas a Receber	431	452
Total de Ativos			113.987	91.868

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

[1] Refere-se as garantias dos contratos dos postos de trabalho e não se trata de recursos da Companhia. A BBTS, conforme disposto nos contratos, retém valores mensais que são aplicados em contas abertas pela empresa. Esses recursos são disponibilizados para os fornecedores quando da comprovação do pagamento de determinadas obrigações contratuais.

			PASSIVOS	30.06.2024	31.12.2023
Banco do Brasil	Controlador	Empréstimo		104.396	111.914
Banco do Brasil	Controlador	Consórcio		3.213	4.990
Banco do Brasil	Controlador	Convênio		2.959	2.491
Total de Passivos				110.568	119.395

			RECEITAS	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
BB Asset Managemet	Outras partes relacionadas	Receita Financeira		8.140	11.100
Banco do Brasil [1]	Controlador	Prestação de Serviços		928.568	794.626
BB Administradora de Consórcios S.A.	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		27.709	10.199
Banco do Brasil Américas	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		2.927	2.589
Cateno Gest. de Contas a Pag. S.A.	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		2.527	3.606
Brasilprev Seg. e Prev. S.A.	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		444	490
Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil - Previ	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		255	246
Caixa de Assist. dos Func. do Banco do Brasil - Cassi	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		60	292
BB DTVM S.A.	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		42	107
Mapfre Seguros Gerais S.A.	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		31	12
Ativos S.A. Secur.de créditos financeiros	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		29	28
BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		21	7
BV Financeira S.A. Crédito Financ. e Investi.	Outras partes relacionadas	Prestação de Serviços		1	5
Total de Receitas				970.754	823.306

[1] A BBTS possui transações significativas de receitas de prestação de serviços com o Banco do Brasil S.A., no montante total de R\$ 928,5 milhões em 30 de junho de 2024 (R\$ 794,6 milhões em 30 de junho de 2023), esses valores são os efetivamente faturados, descontados os reconhecimentos de receitas, cujo valor global encontra-se na Nota 26.

			DESPESAS	01.01 a 30.06.2024	01.01 a 30.06.2023
BB Administradora de Cartões	Outras partes relacionadas	Ticket Refeição		23.662	21.950
Banco do Brasil	Controlador	Convênio [1]		16.252	12.764
Banco do Brasil	Controlador	Juros do Empréstimo		6.586	8.946
Banco do Brasil	Controlador	Aluguel		2.917	3.497
Banco do Brasil	Controlador	Perdas com Instrumentos Financeiros - NDF		-	(503)
Total de Despesas				49.417	46.654

[1] Esses valores estão relacionados com os repasses feitos da BBTS para o banco, referentes as despesas com funcionários do Banco do Brasil (incluindo a diretoria) cedidos para BBTS, por meio do convênio de cessão de funcionários.

Essas transações são efetuadas a preço de mercado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

NOTA 32 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A BBTS mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações em quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco de Mercado.

Os tópicos abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais foram incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Estrutura do Gerenciamento de Risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A BBTS por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

A Companhia concentra suas operações basicamente junto ao seu controlador, o Banco do Brasil S.A., exercendo atividades complementares à atividade fim da instituição financeira (atividade meio), responsável por aproximadamente 98% da sua receita de serviços. Dessa forma, o atual risco de crédito está substancialmente ligado a esse cliente.

Exposição a Riscos de Crédito: o valor contábil dos ativos financeiros, de R\$ 386,5 milhões, representa a exposição máxima do crédito.

Contas a Receber de clientes e outros recebíveis: a exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Considerando que 98% dos recebíveis da Companhia estão concentrados em um cliente, que é a sua parte relacionada, cujos instrumentos financeiros são contratuais e de curto prazo, além de não apresentarem histórico de perdas, a Administração da Companhia considera o risco gerenciável e não relevante.

c) Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a companhia incorrer em perdas devido a flutuações das taxas de juros ou outros indexadores de ativos e passivos financeiros, tais como índices de preço que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

A companhia mitiga este risco realizando aplicação financeira das suas sobras de caixa em fundos de investimentos extramercado com liquidez diária, conforme Resolução CMN nº 4.986/22.

c.1) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumento por meio de cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Cenário Provável: Foram projetados os encargos ou rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e taxas de juros vigentes ao final do período apurado.

Cenário Possível: Esta projeção foi majorada em +/- 25% em relação ao cenário provável.

Cenário Remoto: Esta projeção foi majorada em +/- 50% em relação ao cenário provável.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Resultado da Análise de Sensibilidade:

	Posição em 30.06.2024	Cenário Provável	Risco na Apreciação		Risco na Depreciação	
			Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
Ativo						
Fundos de investimento ^[1]	267.116	296.002	303.223	310.445	245.451	252.673
Receita Financeira Estimada		28.886	36.108	43.329	21.665	14.443
Taxa no Período	10,81%		13,52%	16,22%	8,11%	5,41%
Variação (R\$ mil)			7.222	14.443	(7.222)	(14.443)
Passivo						
Empréstimos e Financiamentos ^[2]	104.396	117.788	121.136	124.484	94.352	97.700
Despesa Financeira Estimada		13.392	16.740	20.088	10.044	6.696
Taxa no Período	12,83%		16,03%	19,24%	9,62%	6,41%
Variação			3.348	6.696	(3.348)	(6.696)

^[1] Saldo de aplicações financeiras em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, a taxa para o cenário provável foi obtida pela média do rendimento bruto de ambos os fundos para o período.

^[2] Saldo de empréstimo de longo prazo, obtido junto ao Banco do Brasil S.A., com encargo financeiro contratual de CDI + 2,10% a.a.

d) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração, no caso, o preço conforme PTAX de fechamento do último dia útil do mês, sendo reconhecida a variação da moeda frente ao instrumento pactuado.

A BBTS possuía duas operações a termo de moeda Real por Dólar sem entrega física entre as partes (NDF), ambas operações encerraram em junho de 2023, com valor base total USD 5.943.973,15 (R\$ 32.905.240,96) e taxa a termo R\$ 5,5359.

Os instrumentos financeiros derivativos descritos foram utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista e são considerados instrumentos de proteção (*hedge*).

e) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Em abril de 2021 a BBTS captou recurso financeiro no Banco do Brasil S.A., empréstimo de longo prazo no valor total de R\$ 148,7 milhões, que tem como encargo financeiro CDI + 2,10% a.a. com juros mensais e amortização semestral. Tal operação possui vencimento em março de 2026 e são acompanhadas mensalmente as projeções de longo prazo da Taxa Média Selic (TMS) junto aos relatórios de expectativas e projeções do Banco Central para fins de acompanhamento e projeção dos dispêndios referente às despesas financeiras e seu impacto no saldo de caixa e capacidade de pagamento. Mensalmente tal projeção e o Risco de Liquidez são reportadas à administração e trimestralmente acompanhada pelo Comitê de Riscos e Controles Internos – Coris.

Tabela de Vencimentos:

	Saldo Contábil 30.06.2024	Inferior a um ano	Um a três anos	Total
Empréstimos	104.396	15.296	89.100	104.396
Fornecedores ^[1]	123.577	123.577	-	123.577

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Consórcio	3.213	1.377	1.836	3.213
-----------	-------	-------	-------	-------

[1] A categoria "Fornecedores" documenta as notas fiscais ou faturas geradas pela compra de bens e serviços no decorrer das atividades regulares da BBTS, com a exceção dos registros de locações (arrendamento).

f) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado como forma de proteção contra riscos de mercado.

A Companhia sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo, uma vez que a Companhia possui um baixo endividamento financeiro. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar suas aplicações financeiras em fundos extramercado com taxas pós-fixadas e baixa volatilidade.

g) Risco de Taxa de Câmbio

Corresponde à possibilidade de perda de valor devido a variações cambiais. A exposição ao risco de taxa de câmbio pela BBTS é em função dos contratos de revenda futura a cliente, cujo custo dos produtos variam de acordo com a moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 a BBTS possuía 2 contratos de revenda vigentes e com preço firmado junto ao cliente para o exercício 2023, para tais contratos houve a contratação de proteção (*hedge*) cambial com vencimento em junho de 2023, assegurando que a variação cambial ao longo da vigência dos contratos não teria impacto sobre a margem do negócio ou exposição ao risco da taxa de câmbio.

h) Instrumentos Financeiros – Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais:

	30.06.2024		31.12.2023		Ganho/(Perda) não realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor		Valor		No Resultado		No Patrimônio Líquido	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Ativos								
Contas à Receber [2]	49.421	49.421	6.857	6.857	-	-	-	-
Bancos Conta Movimento [2]	18.459	18.459	46.373	46.373	-	-	-	-
Aplicações Fundos Extramercado [1]	269.836	269.836	215.378	215.378	-	-	-	-
Créditos e Outros Valores [3]	48.860	48.860	42.164	42.164	-	-	-	-
Passivos								
Consórcio [3]	3.213	3.213	1.711	1.711	-	-	-	-
Empréstimos [3]	104.396	103.165	111.914	110.025	(1.231)	(1.889)	-	-
Ganho/(Perda) não realizado (a) sem Efeitos Fiscais					(1.231)	(1.889)	-	-

[1] classificam-se no nível 1 de informação na hierarquia do valor justo.

[2] classificam-se no nível 2 de informação na hierarquia do valor justo.

[3] classificam-se no nível 3 de informação na hierarquia do valor justo.

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Contas a receber: refletem as emissões de faturamento contra clientes (vendas à vista), são considerados contabilizados conforme valor justo por não se tratar de venda a prazo ou recebíveis com variação de índices a mercado ou taxa de desconto aplicáveis.

Banco Conta e Aplicações: tratam das disponibilidades de caixa e investimento com rendimento e liquidez diária, não possuindo, também variação ou desconto necessários de mensuração do valor justo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

Empréstimos: a operação contratada junto ao Banco do Brasil possui taxa pós-fixadas com adicional de taxa fixa a.a., por isso, para apuração do valor justo foi valorizada à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa (amortização e juros) descontados a taxas de mercado (CDI + 2,45% a.a.) vigentes na data do balanço.

Obrigação com Instrumentos Financeiros: o instrumento de proteção cambial contratado é contabilizado pelo valor de mercado/justo devido à característica do produto junto à instituição financeira. A apuração do valor de mercado é estimada de acordo com o diferencial a pagar ou receber na adequada conta do ativo ou passivo, obtido conforme diferença observada entre Ptax no último dia de negociação do exercício e a taxa cambial fixada.

Demais instrumentos financeiros: constantes ou não do Balanço Patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil. Uma vez que trata de valores de cauções e depósitos (de clientes e fornecedores) e da aplicação da retenção de encargos trabalhistas (de fornecedores) com rendimento diário, não havendo necessidade de ajustar ou descontar para mensuração do valor justo, pois não há variação de índices ou taxas aplicáveis.

Valor dos Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por Nível de Hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BBTS são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a BBTS estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

NOTA 33 – SEGUROS

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela companhia de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em estoques e edificações.

Demonstramos abaixo o quadro com as informações da renovação das apólices de seguros:

Riscos Cobertos	Valor do Prêmio	Riscos Cobertos
Compreensivo Empresarial	83	148.034
Responsabilidade Civil Geral	57	1.125
Total	140	149.159



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
BB Tecnologia e Serviços S.A. – BBTS
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da BB Tecnologia e Serviços S.A. (“BBTS” ou “Companhia”) em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações para o período de três e seis meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

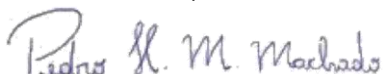
As demonstrações contábeis intermediárias incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período três meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2024 sem modificação, e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2023, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 01 de setembro de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias.

Brasília, 26 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-0


Pedro Henrique Moura Machado
Contador CRC GO-022139/O-4

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Gustavo Pacheco Lustosa

DIRETORES

Ananias Pereira da Silva Neto

Erica Gomes dos Santos

Gustavo José Sousa da Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo André Rocha Alves – Conselheiro

Adriana Gomes de Paula Rocha – Conselheira

Rodrigo Costa Vasconcelos – Conselheiro

Luanna Sant´anna Roncaratti – Conselheira

Iraneth Rodrigues Monteiro – Conselheira Independente

Felipe Aguiar Viana – Conselheiro Representante dos Funcionários

CONSELHO FISCAL

Bárbara dos Santos Lopes Freitas – Presidente

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento – Vice-presidente

Antônio Carlos Wagner Chiarello – Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA

Benilton Couto da Cunha – Coordenador

Antônio Gustavo Rodrigues – Membro Efetivo

CONTADORA

Susanne Raquel Farias Gonçalves – CRC-RJ-116.538/O-0